

BASES INSTITUCIONAIS E INTERFACES NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE MACROSSETORIAL

Luciana Jaccoud

Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Projeto Seguridade Social no Brasil. *E-mail:* luciana.jaccoud@gmail.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2921-port>

A seguridade social brasileira teve sua trajetória marcada por progressiva setorialização. A estruturação das políticas de previdência social, assistência social e saúde foi realizada de forma fragmentada, cada área contando com regulamentação própria, por meio de distintas legislações infraconstitucionais, mantendo-se ampla independência normativa, administrativa e financeira. A fragmentação institucional da seguridade social foi ainda favorecida pela fragilidade das instâncias previstas para dotá-la de certo nível de integração. Contudo, considerando a trajetória histórica e institucional e explorando empiricamente alguns aspectos da interdependência entre os campos setoriais da seguridade social, este trabalho evidencia a relevância da perspectiva macrossetorial, para o aprofundamento de nosso conhecimento sobre a seguridade social e uma melhor compreensão sobre as interfaces que as suas políticas setoriais mantêm, bem como sobre a atuação e os desafios que as atravessam.

O texto apresenta ainda uma proposta de agenda de pesquisa sobre a seguridade social, sugerindo cinco temas: i) a existência de princípios comuns de solidariedade, universalidade e redistribuição que sustentam e atravessam as políticas públicas no âmbito da seguridade social; ii) a combinação de lógicas distintas de intervenção em um mesmo arranjo institucional de seguridade social; iii) as fronteiras setoriais e seus movimentos, incluindo as sobreposições

e os vazios protetivos; iv) a interação e os impactos recíprocos das políticas setoriais, tanto no que diz respeito aos desenhos de políticas quanto às ofertas setoriais; e v) os impactos de um mesmo risco ou vulnerabilidade social nas diferentes ofertas da seguridade social. Discute-se, por fim, a possibilidade de implementação de instrumentos de articulação em favor de uma maior coordenação entre as políticas desse campo, e sugere-se a criação de um observatório da seguridade social.